

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31 de
dezembro de 2021 e 2020 e relatório
dos auditores independentes**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Serra do Seridó F1 Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Serra do Seridó F1 Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Serra do Seridó F1 Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Captialização de imobilizado

Veja as Notas 3.6 e 7 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui imobilizado líquido consolidado no montante de R\$ 185.790.670. A Companhia realiza investimentos relevantes na construção de seus parques eólicos e, por isso, o imobilizado é a principal rubrica das demonstrações financeiras consolidadas.

A definição de quais custos são elegíveis para capitalização depende de avaliação feita pela Administração em relação à natureza dos custos, principalmente ao fato de estarem associados à construção do ativo qualificável.

Devido às especificidades atreladas ao processo de capitalização, o qual leva em consideração a natureza dos gastos, o volume de transações de capitalização, bem como a relevância dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para endereçar esse principal assunto de auditoria incluíram, dentre outros:

- (i) Realização de teste, com base em amostragem, dos lançamentos registrados como adições ao imobilizado no exercício corrente, confrontando os itens selecionados com a evidência documental pertinente inspecionando a elegibilidade da natureza do gasto como custo diretamente atribuível à construção;
- (ii) Obtenção da base de custos incorridos com a construção dos ativos imobilizados no exercício corrente e, com base na descrição dos itens, avaliamos a elegibilidade dos mesmos como custos diretamente atribuíveis à construção;
- (iii) Por fim, avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o saldo do imobilizado é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Hugo Hermes Blezer
Contador CRC RJ-109093/O-5

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado
		2021	2020	2021
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	134.591.436	121.000	134.671.950
Títulos e valores mobiliários	5	-	20.002	3.691.817
Adiantamentos diversos		-	-	4.645
Despesas antecipadas		1.759	904	1.759
Tributos a recuperar		329.191	-	335.603
		<u>134.922.386</u>	<u>141.906</u>	<u>138.705.774</u>
Não circulante				
Empréstimos a receber - partes relacionadas	16	99.704.959	-	-
Investimentos em sociedades controladas	6	119.510.075	-	-
Imobilizado	7	-	-	185.790.670
Intangível	8	-	-	50.841.940
Direito de uso de arrendamento		-	-	4.971.452
		<u>219.215.034</u>	<u>-</u>	<u>241.604.062</u>
Total do ativo		<u>354.137.420</u>	<u>141.906</u>	<u>380.309.836</u>
Passivo				
Circulante				
Tributos a recolher	9	1.678.856	673	2.145.275
Contas a pagar	10	40.742	3.490	11.422.581
Contas a pagar - parte relacionadas	16	-	-	7.686.925
Adiantamento de clientes		-	-	1.191.766
Provisão para IRPJ e CSLL Correntes	20	-	-	5.184
Arrendamento mercantil		-	-	159.827
		<u>1.719.598</u>	<u>4.163</u>	<u>22.611.558</u>
Não circulante				
Debêntures	11	236.184.549	-	236.184.549
Arrendamento mercantil		-	-	5.280.456
		<u>236.184.549</u>	<u>-</u>	<u>241.465.005</u>
Patrimônio Líquido				
Capital social	12	63.531.677	1.000	63.531.677
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	56.750.000	150.000	56.750.000
Prejuízos acumulados	12	(4.048.404)	(13.257)	(4.048.404)
		<u>116.233.273</u>	<u>137.743</u>	<u>116.233.273</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>354.137.420</u>	<u>141.906</u>	<u>380.309.836</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	Nota	2021	2020	2021
Despesas operacionais				
Despesas administrativas e outras despesas operacionais	13	(453.844)	(12.957)	(1.124.446)
Resultado de equivalência patrimonial		(670.602)	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos		(1.124.446)	(12.957)	(1.124.446)
Despesas financeiras	14	(8.172.957)	(300)	(7.597.626)
Receitas financeiras	14	5.262.256	-	4.686.925
Resultado financeiro líquido		(2.910.701)	(300)	(2.910.701)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.035.147)	(13.257)	(4.035.147)
IR e CS correntes		-	-	-
IR e CS diferidos		-	-	-
Prejuízo do exercício		(4.035.147)	(13.257)	(4.035.147)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	2021	2020	2021
Prejuízo do exercício	(4.035.147)	(13.257)	(4.035.147)
Total de outros resultados abrangentes líquidos de impostos	(4.035.147)	(13.257)	(4.035.147)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Capital social	Adiant. para futuro aumento de capital	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.000</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	150.000	-	150.000
Prejuízo do exercício	-	-	(13.257)	(13.257)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>1.000</u>	<u>150.000</u>	<u>(13.256)</u>	<u>137.743</u>
Aumento de capital	63.530.677	(150.000)	-	63.380.677
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	56.750.000	-	56.750.000
Prejuízo do exercício	-	-	(4.035.147)	(4.035.147)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>63.531.677</u>	<u>56.750.000</u>	<u>(4.048.403)</u>	<u>116.233.273</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(4.035.147)	(13.257)	(4.035.147)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:			
Provisão de juros	6.184.549	-	6.184.549
Receita de juros - parte relacionada	(670.044)	-	-
Rendimento de títulos e valores mobiliários	(9.403)	-	(103.909)
Resultado de equivalência patrimonial	670.602	-	-
	2.140.557	(13.257)	2.045.493
Variações dos Ativos e Passivos operacionais			
Aplicações financeiras	-	(20.002)	-
Despesas antecipadas	(855)	(904)	(855)
Adiantamentos	-	-	(4.645)
Tributos a recuperar	(329.191)	-	(334.620)
Tributos a recolher	1.678.183	673	2.137.053
Contas a pagar	37.252	3.490	11.504.896
Contas a pagar - parte relacionadas	-	-	7.686.925
Adiantamento de clientes	-	-	1.191.766
Outros	-	-	468.833
	1.385.390	(16.743)	22.649.352
Gerado pelas operações:			
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	5.184
Caixa líquido gerado(aplicado) pelas atividades operacionais	3.525.946	(30.000)	24.700.030
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	-	-	(151.077.078)
Aquisição de intangível	-	-	(24.312.038)
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(284.374.116)	-	(318.869.370)
Resgate de títulos e valores mobiliários	284.403.522	-	315.301.463
Aporte de capital nas investidas	(56.800.000)	-	-
Liberação de empréstimos - parte relacionada	(99.034.016)	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	(155.805.510)	-	(178.957.023)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital	56.750.000	150.000	56.750.000
Obtenção de empréstimos	230.000.000	-	230.000.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	286.750.000	150.000	286.750.000
Aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	134.470.436	120.000	132.493.007
Variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	121.000	1.000	2.178.943
No final do exercício	134.591.436	121.000	134.671.950
	134.470.436	120.000	132.493.007

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais - R\$)

1 Contexto operacional

Serra do Seridó F1 Holding S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade anônima de capital fechado, regularmente constituída, regida pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976), com sede e principal estabelecimento na Avenida Almirante Barroso, 00052, sala 1801 à sala 1802, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20.031-918, constituída em 27 de novembro de 2019.

A Administração entende que os investidores da Companhia garantem a injeção de capital para a manutenção de suas atividades e liquidação de suas obrigações pelo período mínimo de 12 meses, o que culminou inclusive, na manutenção de transações de financiamento com partes relacionadas do Grupo, conforme divulgado na nota explicativa 15. A Companhia conta também com captação de recursos com instituições financeiras terceiras, como ocorrido ao longo de 2021 com a emissão das debêntures, conforme divulgado na nota explicativa 11.

Em 4 de janeiro de 2021, a sociedade EDF EN do Brasil Participações Ltda., Holding principal do Grupo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.812.954/0001-79, acionista titular de 100% do capital social da Serra do Seridó F1 Holding S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.785.876/0001-75, efetuou a transferência de controle das SPEs Parque Eólico Serra do Seridó II S.A, Parque Eólico Serra do Seridó III S.A., Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A., Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A., Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A. e Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A., mediante aporte de capital na Serra do Seridó F1 Holding no montante de R\$ 63.380.677 (sessenta e três milhões, trezentos e oitenta mil, seiscentos e setenta e sete reais), todas autorizadas a estabelecer-se como Produtoras Independentes de Energia Elétrica em 20 de abril de 2020. Nesse sentido, a referida reestruturação societária resultou na transferência do controle das SPEs que antes pertenciam a EDF EN do Brasil Participações Ltda para a Serra do Seridó F1 Holding S.A. Mais detalhes estão evidenciados na nota explicativa 6.

O projeto está atualmente em fase de construção e possui uma previsão de entrada em operação comercial a partir do primeiro semestre de 2023.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar com todos os compromissos assumidos com a ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

1.1 Efeitos da pandemia (“COVID-19”)

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia, que provocou impactos na saúde pública e na economia do Brasil e de diversos países, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar impactos à saúde e segurança dos empregados, familiares, parceiros e comunidades, bem como à continuidade de todas suas operações. Essas medidas estão em conformidade com as leis vigentes neste país e seus regulamentos internos.

A extensão dos impactos do COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais restrições impostas por governos e outros possíveis desdobramentos nos Estados em que a Companhia atua. A Companhia avalia e implementa constantemente planos de ação em conjunto com clientes, fornecedores e outros stakeholders envolvidos, de acordo com o cenário vigente e as melhores projeções possíveis.

As incertezas sobre o setor elétrico foram mitigadas pelo governo através do o Decreto nº 10350/2020 que estabeleceu empréstimo às empresas do setor via Conta-Covid com valor teto de R\$ 16,1 bilhões, esse socorro atendeu as necessidades das distribuidoras de energia evitando eventos atrasos nos pagamentos motivados por inadimplência do consumidor final de energia.

Até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras, a Companhia não identificou impactos relevantes a serem divulgados e não possuem visibilidade de impactos ou indícios contábeis decorrentes da pandemia causada pelo COVID-19 que impliquem em mudanças nas políticas contábeis, nas principais estimativas estabelecidas e nos julgamentos contábeis críticos acima mencionados. A Companhia está constantemente monitorando o desdobramento do tema e desde já preparados para responder de forma rápida a qualquer tipo de externalidade.

1.2 Estrutura e autorizações dos projetos

O projeto Seridó fase I compõe a primeira fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Fase I, está localizada no município de Junco do Seridó – PB e a autorização para exploração foi adquirida no leilão de energia de nova (LEN A-6), realizado pela ANEEL em outubro de 2019. Foram vendidos em leilão 96,9 MW médio de garantia física.

Após o êxito, nesse leilão, foram constituídas seis novas companhias Parque Eólico Serra do Seridó II S.A. (“Seridós II”), Parque Eólico Serra do Seridó III S.A. (“ Seridós III”), Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A. (“ Seridós IV”), Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A. (“ Seridós VI”), Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A. (“ Seridós VII”), Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A. (“ Seridós IX”), que representam os parques eólicos que produzirão os 29,7 MW contratados. As cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA) com entrega contratada a partir de 2025 , conforme descrição abaixo:

Compromisso CCEAR

	<u>Capacidade</u>
Parque Eólico Serra do Seridó II S.A.	2,4 MW
Parque Eólico Serra do Seridó III S.A.	6,5 MW
Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A.	4,9 MW
Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A.	3,3 MW
Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A.	6,0 MW
Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A.	6,6 MW
	<u>29,7</u> MW

Capacidade Instalada

	<u>Capacidade</u>
Parque Eólico Serra do Seridó II S.A.	33,0 MW
Parque Eólico Serra do Seridó III S.A.	44,0 MW
Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A.	44,0 MW
Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A.	49,5 MW
Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A.	44,0 MW
Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A.	49,5 MW
	<u>264,0</u> MW

A apuração de energia produzida será mensal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Companhias. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré- estabelecida em contrato.

Em 20 de abril de 2020, as seis novas companhias obtiveram, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua publicação no

D.O., para construção, operação e manutenção das instalações das usinas eólicas.

Características técnicas do projeto: linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 26,4 km, conectando a Subestação Elevadora Santa Luzia II.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas nas legislações societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 16.

2.3 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos pelo valor contábil do caixa e equivalentes de caixa, adiantamentos diversos, deséas antecipadas, empréstimos a receber – partes relacionadas, contas a pagar, contas a pagar – partes relacionadas, adiantamento de clientes e de debêntures, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 16.

2.4 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As práticas e políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras:

Controladas – exploração de energia eólica:

	PARQUE EOLICO SERRA DO SERIDO II S.A.	PARQUE EOLICO SERRA DO SERIDO III S.A.	PARQUE EOLICO SERRA DO SERIDO IV S.A.	PARQUE EOLICO SERRA DO SERIDO VI S.A.	PARQUE EOLICO SERRA DO SERIDO VII S.A.	PARQUE EOLICO SERRA DO SERIDO IX S.A.
Patrimônio da investida	9.817.152	21.715.462	20.468.320	21.871.928	21.689.700	23.947.513
Percentual de investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Saldo do investimento	9.817.152	21.715.462	20.468.320	21.871.928	21.689.700	23.947.513

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira do que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.6 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são

revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Os principais julgamentos e estimativas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão contempladas a seguir:

(i) *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)*

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável.

2.7 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com - reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

a) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, adiantamentos diversos, despesas antecipadas e empréstimos a receber – partes relacionadas.

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos

ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar - partes relacionadas, adiantamentos de clientes e debêntures.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimentos e aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

A Companhia também possui investimentos financeiros cujo os resgates são limitados para fins que não sejam relacionados a aqueles que deram origem à obtenção dos recursos.

3.4 Investimentos em sociedades controlada

O investimento em controladas (Parque Eólico Serra do Seridó II S.A., Parque Eólico Serra do Seridó III S.A., Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A., Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A., Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A., e Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A.) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado

abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

3.5 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

3.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

3.7 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou indicativo de perdas relacionadas a ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia e suas controladas, não identificaram indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

3.8 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de

câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

A Companhia optou por apresentar os juros pagos de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2), item 34A.

Debêntures

Em 2 de agosto de 2021, a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários.

3.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.11 Resultados financeiros

As receitas financeiras abrangem rendimentos de títulos e valores mobiliários, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.12 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro real enquanto as investidas estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(i) Lucro presumido

As Companhias controladas classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(ii) Lucro real

A Companhia têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercício, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício. Na controladora, não houve base tributável que originasse provisão para o imposto de renda e a contribuição social em 31 de dezembro de 2021.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.13 Arrendamentos mercantil

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento mercantil (“arrendamento”). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

3.14 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

i. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
Alterações CPC 25 (IAS 37)	Contratos Onerosos – Custo para Cumprir o Contrato	01/01/2022
Alterações CPC 37, 48 e 06 (IFRS 1, IFRS 9 e IFRS 16)	Melhorias anuais às IFRS Standards – Ciclo 2018-2020	01/01/2022
Alterações CPC 27 (IAS 16)	Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido	01/01/2022
Alterações CPC 15 (IFRS 3)	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações CPC 32 (IAS 12)	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023
Alterações CPC 26 (IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações CPC 50 (IFRS 17)	IFRS 17 Contratos de Seguro	01/01/2023
Alterações CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	A ser definido

Não é esperado pela Administração em sua análise preliminar que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Bancos	134.591.436	121.000	134.671.950	-
	134.591.436	121.000	134.671.950	-

5 Títulos e valores mobiliários

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2021	2020	2021	2020
Títulos e valores mobiliários	-	20.002	3.691.817	-
	8.988.602	20.002	25.989.009	-
Total	134.591.436	141.002	138.363.767	-

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Referem-se substancialmente a cotas de fundo de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, todos vinculados a taxas pós fixadas e com rentabilidade média no ano sobre DI CETIP ("DCI") e 94% (taxa nominal curva). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

6 Investimentos em sociedades controladas

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas.

a) Movimentação do investimento

Controlada	Saldo em 31/12/2020	Reestruturação societária	Aportes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2021
Parque Eólico Serra do Seridó II S.A.	-	5.579.042	4.350.000	(111.890)	9.817.152
Parque Eólico Serra do Seridó III S.A.	-	11.381.729	10.450.000	(116.267)	21.715.462
Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A.	-	10.882.050	9.700.000	(113.731)	20.468.320
Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A.	-	11.587.646	10.380.000	(95.717)	21.871.928
Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A.	-	11.383.017	10.420.000	(113.317)	21.689.700
Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A.	-	12.567.193	11.500.000	(119.680)	23.947.513
Total	-	63.380.677	56.800.000	(670.602)	119.510.075

Serra do Seridó F1 Holding S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

	Parque Eólico Serra do Seridó II S.A.	Parque Eólico Serra do Seridó III S.A.	Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A.	Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A.	Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A.	Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A.
Patrimônio da investida	9.817.152	21.715.462	20.468.320	21.871.928	21.689.700	23.947.513
Percentual de investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Saldo do investimento	9.817.152	21.715.462	20.468.320	21.871.928	21.689.700	23.947.513

b) Principais informações financeiras

Descrição	Parque Eólico Serra do Seridó II S.A.	Parque Eólico Serra do Seridó III S.A.	Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A.	Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A.	Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A.	Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A.
Ativo circulante	600.896	625.446	635.981	655.124	627.026	641.374
Ativo não circulante	18.482.247	42.996.569	41.371.145	48.744.519	42.661.086	47.348.496
Passivos circulantes	1.662.149	2.737.490	2.662.596	8.182.579	2.749.234	2.900.371
Passivos não circulantes	7.603.842	19.169.062	18.876.211	19.345.136	18.849.178	21.141.986
Patrimônio líquido	9.817.152	21.715.462	20.468.320	21.871.928	21.689.700	23.947.513
Resultado	(111.890)	(116.267)	(113.731)	(95.717)	(113.317)	(119.680)

Incorporação das SPEs de Seridó Fase 1

Em 4 de janeiro de 2021, a Companhia obteve o controle das seguintes sociedades conforme abaixo:

- Parque Eólico Serra do Seridó II S.A.
- Parque Eólico Serra do Seridó III S.A.
- Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A.
- Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A.
- Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A.
- Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A.

A investidora EDF EN Participações Ltda (“EDF”), a qual detinha 100% das sociedades mencionadas, nesta data aumentou o capital da Serra do Seridó F1 Holding S.A mediante as transferências das ações que detinha de tais investimentos.

O valor do patrimônio líquido contábil da totalidade das ações dos investimentos das SPEs antes detidos pela EDF, para fins de determinação do valor patrimonial contábil das ações para aumento de capital na Serra do Seridó F1 Holding S.A. está demonstrado conforme tabela a seguir:

Empresa - objeto	Valor Contábil (R\$)	Numero de ações AÇÕES	Valor por ação (R\$)	Quantidade de ações aportadas APORTADAS	Valor do aporte (R\$)
Parque Eólico Serra do Seridó II	5.579.042	5.628.518	0,991209736	5.628.518	5.579.042

Serra do Seridó F1 Holding S.A
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

Parque Eólico Serra do Seridó III	11.381.729	11.430.712	0,994839977	11.430.712	11.381.729
Parque Eólico Serra do Seridó IV	10.882.050	10.930.712	0,995548149	10.930.712	10.882.050
Parque Eólico Serra do Seridó VI	11.587.646	11.637.169	0,995744394	11.637.169	11.587.646
Parque Eólico Serra do Seridó VII	11.383.017	11.430.712	0,995827442	11.430.712	11.383.017
Parque Eólico Serra do Seridó IX	12.567.193	12.616.991	0,996053136	12.616.991	12.567.193
Total	63.380.677	63.674.814		63.674.814	63.380.677

O balanço patrimonial das SPEs na data de transferência do controle, para fins de determinação do valor patrimonial contábil das ações para aumento de capital em Serra do Seridó F1 Holding S.A, estão demonstrados conforme tabela a seguir:

EDF EN DO BRASIL LTDA.	Serido II	Serido III	Serido IV	Serido VI	Serido VII	Serido IX	TOTAL
BALANÇO PATRIMONIAL (R\$)	31/12/2020						
ATIVO CIRCULANTE	510.306	407.591	253.319	212.655	424.406	250.649	2.058.926
Caixa e equivalentes de caixa	7.150	21.000	21.001	21.001	21.001	21.001	112.154
Títulos e valores mobiliários	502.988	386.468	232.145	191.409	403.304	229.475	1.945.789
Tributos a recuperar	168	122	173	245	101	173	983
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.090.027	11.019.736	10.676.562	11.423.190	11.003.835	12.367.596	61.580.947
IMOBILIZADO	3.280.349	6.200.972	5.857.799	6.579.839	6.185.071	6.947.016	35.051.045
INTANGÍVEL	1.809.679	4.818.764	4.818.764	4.843.351	4.818.764	5.420.581	26.529.902
TOTAL DO ATIVO	5.600.334	11.427.327	10.929.881	11.635.845	11.428.241	12.618.245	63.639.873
PASSIVO CIRCULANTE	21.292	45.598	47.831	48.199	45.225	51.052	259.196
Tributos a recolher	2.263	1.064	1.049	1.033	1.019	1.121	7.549
Contas a pagar	19.029	44.534	46.782	47.167	44.206	49.930	251.646
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.579.042	11.381.729	10.882.050	11.587.646	11.383.017	12.567.193	63.380.677
TOTAL DO PASSIVO	5.600.334	11.427.327	10.929.881	11.635.845	11.428.241	12.618.245	63.639.873

7 Imobilizado

A composição do imobilizado consolidado é demonstrada abaixo:

	Adiantamento para aquisição de ativos (i)	Instalações em construção	Juros capitalizados	Consolidado Total
Custo do imobilizado				
Saldo em 01/01/2020 e 31/12/2020	-	-	-	-
Reestruturação societária (i)	32.193.243	1.366.713	1.491.087	35.051.043
Adições	139.591.825	5.804.561	5.680.692	151.077.078
Transferências	(40.301.606)	40.301.606	-	-
Baixa e reversões (ii)	-	(337.451)	-	(337.451)
Saldo em 31/12/2021	131.483.462	47.135.429	7.171.779	185.790.670

- (i) Conforme divulgado na nota explicativa 6, refere-se ao total de imobilizado construído em cada uma das SPEs antes da transferência do controle da EDF para a Serra do Seridó F1 Holding S.A.
- (ii) Referem -se a reversões de provisões de capex.

8 Intangível

O intangível foi adquirido pela Companhia, através da incorporação das controladas listadas abaixo:

	Consolidado	
	Gastos com desenvolvimento com projeto Eólicos	Total
Custo do intangível		
Saldo em 01/01/2020 e 31/12/2020	-	-
Reestruturação societária (i)	26.529.902	26.529.902
Adições (ii)	24.312.038	24.312.038
Saldo em 31/12/2021	50.841.940	50.841.940

- (i) Conforme divulgado na nota explicativa 6, refere-se ao total de intangível constituído em cada uma das SPEs antes da transferência do controle da EDF para a Serra do Seridó F1 Holding S.A.
- (ii) Os ativos intangíveis compreendem licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes ao projetos eólicos.

9 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Tributos federais retidos na fonte	1.608.872	673	1.998.164	-
PIS	9.783	-	9.783	-
COFINS	60.176	-	60.176	-
ISS	25	-	77.152	-
Total	1.678.856	673	2.145.275	-

Os tributos acima demonstrados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício demonstrado acima.

10 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores				
Serviços	38.901	3.490	113.395	-
Aquisição de imobilizado (i)	-	-	11.305.536	-
Outros	1.841	-	3.650	-
	40.742	3.490	11.422.581	-

- (i) Refere-se a aquisição de equipamentos para construção do parque eólico.

11 Debêntures

Em 2 de agosto de 2021, a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários. Foram emitidas 230.000 (duzentos e trinta mil) debêntures no valor nominal de R\$1.000 (mil reais) totalizando a emissão do valor de R\$230.000.000 (duzentos e trinta milhões de reais).

O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque eólico.

a) Emissão das debêntures

Linha de Crédito	Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
					31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
(b) Principal IDB	R\$	CDI+ 0,4%	11,84%	2023	230.000.000	-	230.000.000	-
Juros					6.184.549	-	6.184.549	-
Custos de captação debentures					-	-	-	-
					236.184.549	-	236.184.549	-
Total de empréstimos					236.184.549	-	236.184.549	-
		Passivo não circulante			236.184.549	-	236.184.549	-

b) Movimentação das debêntures

	Controladora e Consolidado 31/12/2021
Saldo em 01/01/2020 e 31/12/2020	-
(+) Juros incorridos	6.184.549
(+) Aquisição de empréstimo	230.000.000
Saldo em 31/12/2021	236.184.549

Garantias

As debêntures contam com garantia fidejussória da EDF Renouvelables S.A., controladora indireta da Companhia.

Covenants

O instrumento não contempla os covenants financeiros para vencimento antecipado.

12 Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 63.531.677 (R\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2020), e está representado por 63.531.677 ações ordinárias (1.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020), nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real cada).

	% Participação	2021	2020
Acionistas			
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	100%	63.531.677	1.000

Total	63.531.677	1.000
--------------	-------------------	--------------

Em 4 de janeiro de 2021 foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 63.530.677 (sessenta e três milhões, quinhentos e trinta mil, seiscentos e setenta e sete reais) mediante emissão de 63.530.677 (sessenta e três milhões, quinhentos e trinta mil, seiscentos e setenta e sete) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$ 1,00 (um real) cada, mediante transferência da totalidade da participação societária das SPES Parque Eólico Serra do Seridó II S.A., Parque Eólico Serra do Seridó III S.A., Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A., Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A., Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A. e Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A conforme detalhes apresentados na nota explicativa 6.

12.2 Adiantamento para futuro aumento de capital social

O propósito dos adiantamentos é aumentar o capital da entidade ao longo do exercício, mediante alteração contratual aprovada em assembleia por Deliberação da Diretoria.

Os adiantamentos para aumento de capital são irreversíveis e irrevogáveis e portanto não são passíveis de devolução. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de adiantamentos é de R\$ 56.750.000 (R\$ 150.000 em 31 de dezembro de 2020).

13 Despesas administrativas e outras despesas operacionais por natureza

	Controladora		Consolidada	
	2021	2020	2021	2020
Despesas administrativas				
Despesas legais	(19.787)	(395)	(72.281)	-
Condução ou locomoção	-	(74)	-	-
Seguros	(4.491)	(542)	(4.491)	-
Despesas com publicações	(17.672)	-	(17.672)	-
Outras despesas operacionais	(610)	-	(1.194)	-
	(42.560)	(1.011)	(95.638)	-
Impostos e taxas				
Outros impostos e taxas	(25)	-	(25)	-
Pis e Cofins	(244.685)	-	(244.685)	-
	(244.710)	-	(244.710)	-
Despesas com serviços prestados				
Honorários de contadores	(19.798)	-	(137.516)	-
Honorários de auditores	(62.046)	-	(201.690)	-
Honorários de advogados	(76.407)	(11.946)	(435.744)	-
Serviços de informática	(8.323)	-	(8.323)	-
Outros serviços prestados	-	-	(825)	-
	(166.574)	(11.946)	(784.098)	-
Total das despesas administrativas e outras despesas operacionais	(453.844)	(12.957)	(1.124.446)	-

14 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020

Receitas financeiras

Rendimento de títulos e valores mobiliários	4.592.192	-	4.686.904	-
Desconto	20	-	22	-
Receita de juros	670.044	-	-	-
	<u>5.262.256</u>	<u>-</u>	<u>4.686.925</u>	<u>-</u>

Despesas Financeiras

Juros de empréstimos	(6.184.549)	-	(6.184.549)	-
Despesas bancárias	(349.697)	(300)	(376.779)	-
Encargos sobre pagamento em atraso	(4.948)	-	(6.312)	-
Despesas com IOF	(1.626.934)	-	(3.972.144)	-
Custos com empréstimos	(6.830)	-	(6.830)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(603.254)	-
Capitalização do resultado financeiro	-	-	3.552.241	-
	<u>(8.172.957)</u>	<u>(300)</u>	<u>(7.597.627)</u>	<u>-</u>
Resultado Financeiro líquido	<u>(2.910.701)</u>	<u>(300)</u>	<u>(2.910.702)</u>	<u>-</u>

15 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no método do lucro real e suas controladas apuram pelo lucro presumido. No exercício de 2021, a controladora não apurou resultado positivo de IRPJ e CSLL, não havendo valores devidos, motivo pelo qual foi apresentado somente o número consolidado.

Em 2021, as despesas de imposto de renda e a contribuição social das companhias controladas, sobre as receitas financeiras foram computadas no ativo imobilizado, como parte do custo de construção do paque eólico.

	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>
Prejuízo antes do imposto	(4.035.147)	(13.257)	(4.035.147)
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	(1.371.950)	(4.507)	(1.371.950)
Resultados de controladas por equivalência	228.005	-	228.005
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	1.143.945	4.507	1.143.945
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(195.801)
Efeito de capitalização do resultado financeiro nas SPEs	-	-	195.801
Encargo fiscal	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

16 Transações com partes relacionadas

16.1 Empréstimos a receber - partes relacionadas

	2021	Controladora 2020
Parque Eólico Serra do Seridó II S.A.	7.063.298	
Parque Eólico Serra do Seridó III S.A.	18.105.727	-
Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A.	18.043.430	-
Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A.	18.115.658	-
Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A.	18.095.345	-
Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A.	<u>20.281.502</u>	-
Total	<u>99.704.959</u>	<u>-</u>

Em 2021, a Companhia concedeu empréstimos as suas controladas, com o objetivo de cumprir com suas obrigações de curto prazo. O empréstimo é atualizado por juros de 1% ao mês. A expectativa de liquidação do contrato, conforme instrumento celebrado entre as partes, é para o exercício de 2022.

A movimentação segue abaixo:

	Saldo em 01/01/2020 e 31/12/2020	Liberação	IOF	Juros apropriados	Saldo em 31/12/2021
Parque Eólico Serra do Seridó II S.A.	-	6.850.000	164.226	49.071	7.063.298
Parque Eólico Serra do Seridó III S.A.	-	17.560.000	424.195	121.532	18.105.727
Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A.	-	17.500.000	422.707	120.722	18.043.430
Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A.	-	17.570.000	424.444	121.214	18.115.658
Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A.	-	17.550.000	423.947	121.397	18.095.345
Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A.	-	<u>19.670.000</u>	<u>475.396</u>	<u>136.106</u>	<u>20.281.502</u>
	-	96.700.000	2.334.916	670.044	99.704.959

16.2 Contas a pagar – partes relacionadas

Rateio a pagar	2021	Consolidado 2020
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	<u>7.686.925</u>	<u>-</u>
Total	<u>7.686.925</u>	<u>-</u>

Refere-se a saldo a pagar de Repasse dos custos necessários para o desenvolvimento e construção dos parques. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos, serviços indiretos, honorários, despesas administrativas e despesas de deslocamento.

16.3 Remuneração do pessoal chave da administração

Durante os exercícios de 2021 e 2020 a administração da Companhia foram realizadas diretamente pela Controladora do grupo, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do

peçoal chave da Administração em 2021 e 2020.

17 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo para ativos e passivos idênticos (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo para ativos e passivos idênticos (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme categorias abaixo:

Ativos	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<u>Mensurados pelo custo amortizado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	134.591.436	121.000	134.671.950	-
Adiantamentos diversos	-	-	4.645	-
Despesas antecipadas	1.759	904	1.759	-
Empréstimos a receber - partes relacionadas	99.704.959	-	-	-
<u>Mensurados pelo valor justo</u>				
Títulos e valores mobiliários	-	20.002	3.691.817	-
Passivos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado</u>				
Contas a pagar	40.742	3.490	11.422.581	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	7.686.925	-
Adiantamento de clientes	-	-	1.191.766	-
Debêntures	236.184.549	-	236.184.549	-
Arrendamento Mercantil	-	-	5.440.283	-

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	134.591.436	121.000	134.671.950	-
Títulos e valores mobiliários	-	20.002	3.691.817	-
Empréstimos a receber - partes relacionadas	99.704.959	-	-	-

A administração avaliou, segundo sua política de avaliação de perdas de crédito esperadas e, com base no CPC 48 (IFRS 9), conclui que o risco de crédito é remoto, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

b. Risco de mercado

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações nos preços de mercado, tais como taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2022, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no CDI médio para 2022 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 31 de dezembro de 2021, cuja valor definido foi de 11,44% a.a. sendo estas definidas como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado:

Operação	Saldo de		Juros Projetados para 2022		
	Financiamento	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	31.12.2021		(Provável)	(Possível)	(Remoto)
Passivos financeiros					
Debêntures	236.184.549	DI	27.950.054	34.706.004	41.457.097

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

A seguir, está o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros na data da demonstração financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2021		2021	
	Até 1 ano	> 1 ano	Até 1 ano	> 1 ano
Contas a pagar	40.742	-	11.422.581	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	7.686.925	-
Debêntures	-	236.184.549	-	236.184.549
Arrendamento Mercantil	-	-	159.827	5.280.456
	<u>40.742</u>	<u>236.184.549</u>	<u>19.269.333</u>	<u>241.465.005</u>

	Controladora		Consolidado	
	2020		2020	
	Até 1 ano	> 1 ano	Até 1 ano	> 1 ano
Contas a pagar	3.490	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-
Contratos de mútuo - parte relacionada	-	-	-	-
Arrendamento Mercantil	-	-	-	-
	<u>3.490</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

d. Gestão de capital

A Companhia obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

18 Compromissos assumidos

17.1 Compromissos com fornecedores

A Companhia possui contratos assinados para fornecimento de equipamentos para o ano de 2021, celebrados substancialmente em reais, cujos valores estão distribuídos da seguinte forma:

Fornecedor	2022	2023	Total
GE Power	577.770.826	119.005.865	696.776.691

17.2 Contratos de venda de energia elétrica

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

2022-2044	SERIDÓ II	SERIDÓ III	SERIDÓ IV	SERIDÓ VI	SERIDÓ VII	SERIDÓ IX
Contratos						
ACR						

Volume (MWh)	420.480	1.138.800	858.480	578.160	1.051.200	1.156.320
Preço (R\$)	117	117	117	117	117	117
Subtotal (R\$)	49.196.160	133.239.600	100.442.160	67.644.720	122.990.400	135.289.440
Contratos ACL						
Volume (MWh)	1.338.333	1.945.155	1.870.341	2.177.908	2.069.844	2.252.722
Preço (R\$)	133	133	133	133	133	133
Subtotal (R\$)	177.998.289	258.705.615	248.755.353	289.661.764	275.289.252	299.612.026
Total	227.194.449	391.945.215	349.197.513	357.306.484	398.279.652	434.901.466

4 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a Liberty Seguros S.A. e a AXA Seguros, seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice, poluição, contaminação e/ou vazamento súbitos inesperados e não intencionais. A importância segurada é de R\$ 118.061.080, tendo como vigência o período de 30/06/2021 à 30/06/2022.

Em 23 de julho de 2021 foi assinada declaração de cobertura pela Axa Corporate Solutions Seguros S.A. com propósito de confirmação de cobertura para o período de 30/06/2021 a 30/06/2022.

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto à Axa Corporate Solutions Seguros S/A, seguradora definida por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Importâncias seguradas

Empregador, Empresa Concessionária ou Não de Serviços Públicos – Energia, Responsabilidade Civil Cruzada, Poluição Súbita e Acidental R\$118.061.080

Seguro de Transporte Nacional e Atraso no Início da Operação (DSU – Delay in Start-up)

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Transporte Nacional e Condições Especiais para o Seguro de DSU (Atraso no Início da Operação Comercial) e/ou Condições Particulares, que fazem parte integrante e inseparável da Apólice (Clausulado Padrão Liberty Seguros para Cargas de Projeto), tendo como vigência o período de 19/11/2021 à 31/03/2023.

Cobertura de cargas 13.000.000

Cobertura no atraso no início de operação comercial 179.141.000